

COGESTÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA ACAÚ-GOIANA: ANÁLISE DE 15 ANOS DE AVANÇOS E OBSTÁCULOS

João Paulo Gomes de Oliveira¹

Resumo: Este artigo apresenta uma revisão qualitativa da literatura sobre a Reserva Extrativista Marinha Acaú-Goiana, criada em 2007 com o propósito de promover o uso sustentável e coletivo dos recursos naturais pelas comunidades pesqueiras nos estados da Paraíba e Pernambuco. O objetivo deste estudo é analisar a cogestão da Reserva Extrativista Acaú-Goiana após 15 anos de sua instituição (2007-2022), destacando seus progressos e obstáculos. Os resultados identificaram diversos obstáculos à cogestão, incluindo a vasta extensão territorial da reserva, a escassez de recursos humanos e financeiros do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, os impactos causados por empreendimentos dos setores agroindustriais, destilarias e indústrias cimenteiras que estão em proximidade à área, bem como conflitos relacionados à sobre-exploração dos recursos pesqueiros e à degradação dos recursos hídricos. Diante disso, a revisão ressalta a importância de promover uma participação social contínua em todos os processos decisórios, adaptando os instrumentos e ferramentas de cogestão à realidade local e levando em consideração a história das comunidades, as práticas tradicionais de manejo, a cultura local e as formas de organização social dos beneficiários. Além disso, é crucial a elaboração de um plano de manejo para a Resex Acaú-Goiana, visando facilitar a organização e participação das comunidades beneficiárias na cogestão.

Palavras-chave: Unidade de Conservação de Uso Sustentável. Participação Social. Gestão Compartilhada. Comunidades Extrativistas. Comunidades Pesqueiras.

CO-MANAGEMENT OF THE ACAÚ-GOIANA EXTRACTIVE RESERVE: ANALYSIS OF 15 YEARS OF PROGRESS AND OBSTACLES

Abstract: This article presents a qualitative literature review of the Marine Extractive Reserve Acaú-Goiana, established in 2007 with the purpose of promoting sustainable and collective use of natural resources by fishing communities in the states of Paraíba and Pernambuco. The objective of this study is to analyze the co-management of the Acaú-Goiana Extractive Reserve after 15 years of its establishment (2007-2022), highlighting its progress and challenges. The results have identified various obstacles to co-management, including the extensive territorial expanse of the reserve, the shortage of human and financial resources of the Chico Mendes Institute for Biodiversity Conservation - ICMBio, the impacts caused by activities of agro-industrial sectors, distilleries, and cement industries in proximity to the area, as well as conflicts related to overexploitation of fishing resources and degradation of water resources. In light of this, the review emphasizes the importance of fostering continuous social participation in all decision-making processes, adapting co-management instruments and tools to the local reality, and taking into account the communities' history, traditional management practices,

¹ Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-3878-3517>. E-mail: joaopaulo.g.o@outlook.com.

local culture, and forms of social organization of the beneficiaries. Furthermore, the development of a management plan for the Acaú-Goiana Extractive Reserve is deemed crucial to facilitate the organization and participation of beneficiary communities in co-management.

Keywords: Sustainable Use Conservation Unit. Social Participation. Shared Management. Extractive Communities. Fishing Communities.

COGESTIÓN DE LA RESERVA EXTRACTIVA ACAÚ-GOIANA: ANÁLISIS DE 15 AÑOS DE AVANCES Y OBSTÁCULOS

Resumen: Este artículo presenta una revisión cualitativa de la literatura sobre la Reserva Extractiva Marina Acaú-Goiana, creada en 2007 con el propósito de promover el uso sostenible y colectivo de los recursos naturales por parte de las comunidades pesqueras en los estados de Paraíba y Pernambuco. El objetivo de este estudio es analizar la cogestión de la Reserva Extractiva Acaú-Goiana después de 15 años de su establecimiento (2007-2022), destacando sus avances y desafíos. Los resultados han identificado varios obstáculos para la cogestión, incluida la extensa extensión territorial de la reserva, la escasez de recursos humanos y financieros del Instituto Chico Mendes de Conservación de la Biodiversidad - ICMBio, los impactos causados por las actividades de los sectores agroindustriales, destilerías e industrias cementeras en proximidad al área, así como conflictos relacionados con la sobreexplotación de los recursos pesqueros y la degradación de los recursos hídricos. Ante esto, la revisión enfatiza la importancia de fomentar la participación social continua en todos los procesos de toma de decisiones, adaptando los instrumentos y herramientas de cogestión a la realidad local y teniendo en cuenta la historia de las comunidades, las prácticas tradicionales de manejo, la cultura local y las formas de organización social de los beneficiarios. Además, se considera crucial desarrollar un plan de manejo para la Reserva Extractiva Acaú-Goiana a fin de facilitar la organización y participación de las comunidades beneficiarias en la cogestión.

Palabras-clave: Unidad de Conservación de Uso Sostenible. Participación Social. Gestión Compartida. Comunidades Extractivistas. Comunidades Pesqueras.

INTRODUÇÃO

A Reserva Extrativista Marinha (ResexMar) Acaú-Goiana foi instituída pelo Decreto Presidencial s/n de 26 de setembro de 2007, após intensa luta das comunidades pesqueiras locais em defesa dos seus maretórios de uso comum. A proteção dessa área é crucial para o fortalecimento das lutas dessas comunidades e para a conservação dos recursos materiais e imateriais pesqueiros locais que estavam ameaçados pela degradação provocada por empreendimentos de piscicultura, carcinicultura e por indústrias cimenteiras, sucroalcooleiras e alimentícias limítrofes à Resex.

Esta Unidade de Conservação (UC) de uso sustentável abrange 6.678,30 hectares, distribuídos em ecossistemas de mata atlântica e seus associados, como manguezais, restingas e ecossistemas marinhos, situados entre os estados da Paraíba e Pernambuco (ICMBio, 2012).

Os principais beneficiários diretos da ResexMar Acaú-Goiana são os pescadores e pescadoras artesanais das comunidades tradicionais de Porto de Congaçari, em Caaporã/PB, Pontinha e Acaú, em Pitimbu/PB, e as comunidades de Carne de Vaca, Quilombola de São Lourenço, Tejucupapo e Baldo do Rio, em Goiana, Pernambuco.

Com a instituição da cogestão dos recursos naturais, a Resex possibilitou a criação do Conselho Deliberativo, formado por representantes do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e membros das comunidades beneficiárias, que possuem poder deliberativo nas decisões referentes à área (SILVA, 2019). Dessa forma, a participação das comunidades locais na gestão da Resex reforça o sentido comunitário do uso comum da natureza e contribui para a promoção da sustentabilidade ambiental e socioeconômica da região.

A área da Reserva Extrativista Marinha Acaú-Goiana tem sido afetada por um sério processo de degradação ambiental ao longo do tempo, resultado de impactos causados por empreendimentos em diversos setores, como o agronegócio, o setor alimentício e, mais recentemente, o setor automobilístico. Essas atividades têm gerado externalidades negativas que comprometem a gestão e a conservação dos recursos locais.

No contexto da Resex, os conflitos socioambientais entre pescadores e empreendimentos locais são comuns, pois os impactos gerados pelas empresas potencializam as vulnerabilidades presentes na vida social dos trabalhadores da pesca artesanal (TARGINO, 2022; SILVA, 2019; NETO, 2019).

Neste estudo, adotou-se a noção de conflitos socioambientais como a existência de interesses incompatíveis entre dois ou mais grupos. Sousa, Bezerra e Lyra (2018) definem conflitos socioambientais como "qualquer forma de oposição entre atores que possuem visões distintas sobre o uso de um determinado território". No contexto da Reserva Extrativista Marinha Acaú-Goiana, esses grupos são claramente identificados como os pescadores e pescadoras artesanais, de um lado, e empreendimentos e empresários de diversos setores, principalmente aqueles ligados à agroindústria, como a piscicultura, carcinicultura e produção sucroalcooleira, do outro.

Embora tenha sido criada há 15 anos, a Reserva Extrativista Acaú-Goiana ainda enfrenta a persistência de impactos e conflitos socioambientais históricos. Esses problemas são atribuídos à poluição e degradação dos corpos de água da região (SILVA,

2017), o uso inadequado das artes de pesca, a sobre-exploração dos locais de pesca (NASCIMENTO; RODRIGUES, 2021), a supressão de manguezais e o avanço das plantações de cana-de-açúcar nos limites da reserva. Essas questões se apresentam como um dos principais desafios a serem enfrentados na gestão compartilhada da área.

Visando abordar os avanços e obstáculos sobre a cogestão da Resex Acaú-Goiana, esse trabalho justifica-se por se tratar de uma análise da cogestão em uma unidade específica, a qual poderá contribuir para o aprimoramento do modelo e para a tomada de decisões relacionadas à gestão de outras unidades de conservação.

Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa é analisar a cogestão da Reserva Extrativista Acaú-Goiana após 15 anos de sua instituição (2007 – 2022). De forma mais específica, busca-se apontar os avanços e obstáculos deste modelo de gestão, levando em conta os diversos atores envolvidos na gestão da Resex Acaú-Goiana, como comunidades pesqueiras, poder público e organizações da sociedade civil.

RESERVAS EXTRATIVISTAS COMO UM MODELO DE GESTÃO AMBIENTAL COMPARTILHADA

As unidades de Conservação (UC) são áreas geográficas legalmente protegidas com o objetivo central de integrar as atividades antrópicas à conservação da sociobiodiversidade a longo prazo. No Brasil, são respaldadas pela Lei nº 9.985, de 15 de julho de 2000 (BRASIL, 2000), a qual dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). O SNUC é constituído por um conjunto organizado de unidades de conservação federais, estaduais e municipais. Em definição legal, unidades de conservação são descritas como “[...] o espaço territorial e seus recursos ambientais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos” (BRASIL, 2000).

As UCs possuem regras específicas de manejo. Elas estão distribuídas em duas categorias principais: (1) unidades de proteção integral e (2) unidades de uso sustentável.

As áreas de proteção integral são destinadas à preservação dos recursos naturais, permitindo apenas o uso indireto dos espaços. Esta categoria inclui a Estação

Ecológica (ESEC), Reserva Biológica (REBIO), Parque Nacional (PARNA), Monumento Natural (MONA) e Refúgio de Vida Silvestre (RVS), todas submetidas a regras rigorosas de conservação ambiental (BRASIL, 2000), não sendo permitida a presença humana, mas é possível o desenvolvimento de atividades de pesquisa, educacionais e com fins recreativos, a depender da situação.

Por outro lado, as Unidades de Conservação de Uso Sustentável permitem diferentes formas de interferência humana, desde que respeitadas as regras de manejo e conservação. Seu objetivo principal é conciliar a gestão dos recursos naturais com a garantia da subsistência de comunidades tradicionais que dependem diretamente desses ambientes. Entre as unidades dessa categoria, destacam-se a Área de Proteção Ambiental (APA), Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), Floresta Nacional (FLONA), Reserva de Fauna (REFAU), Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), Reserva Particular de Patrimônio Natural (RPPN) e as Reservas Extrativistas (RESEX).

O processo de criação das Reservas Extrativistas foi marcado pelas reivindicações das comunidades tradicionais em terem seus territórios protegidos legalmente, com grande ênfase no movimento dos seringueiros, que nasceu no Estado do Acre, no Norte do Brasil e se expandiu por outros territórios, agregando outros grupos sociais, como os ribeirinhos, castanheiros e pescadores artesanais (CUNHA; LOUREIRO, 2009; HADDAD *et al.*, 2019).

Esse movimento, inicialmente com caráter sindical, baseava-se na luta por justiça social. Posteriormente, foi agregada a conotação ambiental, influenciada por forças ambientalistas internacionais e tendo Chico Mendes, um ambientalista proeminente, como principal articulador na década de 1980. Allegretti (2008) aponta que essa mudança ocorreu em paralelo às diversas transformações ocorridas no âmbito das políticas públicas brasileiras. Desse modo, as Reservas Extrativistas surgiram como um instrumento de gestão territorial resultante da luta histórica de grupos sociais diversos no contexto amazônico. Esses grupos eram dotados de ideais e projetos sociopolíticos e ambientais em comum, que foram atualizados e reatualizados de maneira autônoma, no contexto de construção social de um movimento em defesa do direito à floresta (ALLEGRETTI, 2008, p. 57).

As Reservas Extrativistas foram inseridas na Política Nacional de Meio Ambiente em 1989, por meio do Art. 9º inciso VI da Lei No. 7.804/89, e oficialmente criadas pelo

Decreto nº 98.987 de 30 de janeiro de 1990. Neste artigo, a categoria Resex é assim definida:

Uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade (BRASIL, 1990).

O modelo e o conceito das Reservas Extrativistas são classificados por Almeida, Allegretti e Postigo (2018) como um novo paradigma, ao propor a união da população aos ecossistemas originários e a conservação das formas tradicionais de manejo. Sobretudo, as Resex possuem caráter inovador ao articular os princípios da justiça socioambiental e a conservação dos modos de vida tradicionais. Portanto, as Reservas Extrativistas se consolidaram como espaços de garantia de direitos coletivos repletos de historicidade e de luta pela reprodução social, cultural, ambiental e econômica dos povos e comunidades tradicionais. De acordo com Fadigas e Garcia (2010), a participação social é um princípio essencial para o sucesso na gestão das reservas extrativistas.

A criação de uma reserva extrativista envolve o cumprimento de normas e critérios específicos, tais como: (1) o local em questão possuir um histórico de população tradicional extrativista e suas atividades estarem ameaçadas; e (2) essas populações tradicionais estarem fortemente articuladas por meio de organizações e movimentos, que buscam a proteção da área e sua categorização como Reserva Extrativista por meio de solicitação formal (FADIGAS; GARCIA, 2010).

Após realização do estudo técnico da área e reuniões com as comunidades beneficiárias, ocorre o processo administrativo e consulta pública para decidir sobre a criação da unidade de conservação. Em seguida, o decreto é publicado. Na fase de implementação, é criado o conselho deliberativo, é elaborado o plano de manejo e são assinados o contrato de concessão de direito real de uso e o termo de compromisso. A gestão deve ser compartilhada entre o órgão do governo, nesse caso o ICMBio, e os beneficiários (FADIGAS; GARCIA, 2010).

O modelo de reservas extrativistas avançou para outras regiões do Brasil e, nesse sentido, as reivindicações passaram a ser promovidas em outros espaços onde populações tradicionais, como quilombolas, pesqueiras e caiçaras, buscavam a regularização fundiária de áreas de uso comum da União para atividades extrativistas, a fim de conter os avanços dos diversos fatores de degradação ambiental (CUNHA; LOUREIRO, 2009). As reservas foram divididas em duas modalidades em relação à localização geográfica, sendo elas: Reservas Extrativistas Florestais/terrestres e Reservas Extrativistas Marinhas (ResexMar), localizadas predominantemente no Nordeste e Norte do Brasil.

De acordo com o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio), que é o órgão responsável pela gestão das unidades de conservação no Brasil, atualmente existem 96 reservas extrativistas, sendo que 24 delas são Reservas Extrativistas Marinhas (Quadro 1).

Quadro 1 – Síntese das Reservas Extrativistas Marinhas Brasileiras

Nome da Unidade de Conservação	UF	Ano de criação	Área marinha	Área total biomas
ResexMar Acaú-Goiana	PB, PE	2007	2.254	6.677
ResexMar Arapiranga-Tromai	AC	1990	149.395	537.872
ResexMar Corumbau	AC	2000	89.633	154.133
ResexMar da Baía do Tubarão	RO	1995	93.360	8.929
ResexMar Canavieiras	RO	1995	83.699	17.923
ResexMar de Cassurubá	MA	2018	68.316	186.937
ResexMar de Cururupu	AM	2006	93.176	133.703
ResexMar do batoque	PA	2005	7	83.817
ResexMar Mãe Grande de Curuçá	AM	2001	12.459	146.949
ResexMar Maracanã	AM	2001	3.884	178.039
ResexMar Arai-Peroba	AM, RR	2018	22.904	580.625
ResexMar Arraial do Cabo	RO	2001	50.591	106.111
ResexMar Caetéperapu	AM	2009	11.453	197.949
ResexMar Cuinarana	RO	1995	20	9.924
ResexMar da Lagoa do Jequiá	AM	2003	8.219	212.323
ResexMar de Gurupi-Piriá	MA	2007	22.736	11.973
ResexMar de Itaipu	AC	1990	3.736	931.319
ResexMar de Soure	PA	2002	7.377	2.783
ResexMar do Delta do Parnaíba	BA	2000	68	89.996

ResexMar Mestre Lucindo	RO	1995	7.080	1.757
ResexMar Mocapajuba	MA	2018	1.782	223.928
ResexMar Pirajubaé	BA	2006	905	100.687
ResexMar Tracuateua	BA	2009	7.129	100.571
ResexMar Prainha do Canto Verde	MA	2004	29.205	185.192

Fonte: Elaborado pelo autor.

A criação e implementação das ResexMar em ecossistemas costeiros contribuiu para uma nova perspectiva de gestão compartilhada a partir da integração dos ecossistemas marinhos e terrestres. Para Aguiar, Moreau e Fontes (2013, p. 211), esse modelo de unidade de conservação desempenha um “importante papel na conservação dos recursos naturais associadas à participação interativa de comunidades tradicionais no processo.

Legalmente, as comunidades tradicionais são definidas como "grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica" (BRASIL, 2007). A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais – PNPC (2007), reconhece 28 segmentos sociais tradicionais, sendo eles: povos indígenas, quilombolas, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco babaçu, comunidades de fundo de pasto, catadoras de mangaba, faxinalenses, marisqueiras, ribeirinhos, varjeiros, caiçaras, povos de terreiro, praieiros, sertanejos, jangadeiros, ciganos, pomeranos, açorianos, campeiros, vazanteiros, pantaneiros, geraizeiros, veredeiros, caatingueiros, retireiros do Araguaia e comunidades pesqueiras artesanais.

Do ponto vista social, as ResexMar contribuem para a soberania e segurança alimentar e manutenção dos modos de vida dessas comunidades tradicionais, principalmente as comunidades pesqueiras que dependem diretamente dos recursos costeiros/marinhos disponíveis nesses espaços.

Este modelo rompe a ideia de produção meramente mercadológica e individualista (COSTA, 2018). Os princípios norteadores das diversas formas de uso desses espaços contrapõem-se às regras do mercado capitalista, pois as terras são propriedades da União, a gestão e os recursos são compartilhados, promovendo o trabalho realizado em âmbito familiar e não exploração de mão de obra assalariada.

Conforme estabelecido pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação em 2000, as Reservas Extrativistas são gerenciadas por um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável pela administração da área e composto por representantes de órgãos públicos, organizações da sociedade civil e comunidades tradicionais residentes na região. A composição do Conselho deve estar de acordo com as regras estabelecidas no regulamento e no ato de criação da unidade. Conforme Lima, Selva e Rodrigues (2016, p. 1077) “o Conselho é uma ferramenta que deve promover a participação social na gestão da RESEX. Cabe ao Conselho Gestor Deliberativo acompanhar e aprovar o Plano de Manejo, que deverá ser participativo”.

METODOLOGIA

Realizou-se uma revisão qualitativa da literatura, abrangendo artigos científicos, dissertações e teses originais. Para essa revisão, foram consultadas bases de dados renomadas, como *Scielo*, Periódicos Capes e *ScienceDirect*. Além disso, foram incluídos periódicos das universidades federais de Pernambuco e Paraíba, considerando sua relevância para o local de estudo. A pesquisa foi realizada durante os meses de fevereiro e março de 2023, sendo esse o período delimitado para a busca dos estudos pertinentes.

Foram selecionados estudos publicados no período de 2007 (ano de criação da Resex Acaú-Goiana) a 2022. A pesquisa foi realizada por meio da estratégia de busca utilizando os seguintes descritores: “Reserva Extrativista Acaú-Goiana”, “Resex Acaú-Goiana”, “Co-Gestão em Unidades de Conservação”, “Conflitos Socioambientais”, e suas versões nos idiomas inglês e espanhol. As combinações foram feitas utilizando o uso de aspas e operador booleano “AND”.

Para a elaboração da revisão, os títulos foram avaliados inicialmente, seguidos da leitura dos resumos e palavras-chave. Posteriormente, os estudos foram lidos na íntegra. Foram excluídos trabalhos de revisão, resumos de congressos, capítulos de livros; trabalhos repetidos nas diferentes bases de dados e pesquisas que não apresentavam relação direta com as temáticas estabelecidas.

Os resultados desta pesquisa foram organizados apresentando os autores, ano de publicação, objetivos das pesquisas e principais resultados e considerações. A

análise dos estudos foi realizada utilizando a técnica de Análise de Conteúdo de Bardin (2010), que permitiu identificar categorias analíticas nos trabalhos selecionados. Essas categorias foram organizadas em três temas principais: (1) Histórico e processo de criação da Resex; (2) Implementação e cogestão da unidade; e (3) Principais contribuições e desafios deste modelo.

RESULTADOS

A partir da revisão de literatura realizada, foram encontrados 290 trabalhos relacionados ao tema de cogestão na Resex Acaú-Goiana. Desses, 200 foram excluídos após a leitura dos títulos por não atenderem aos critérios de inclusão da pesquisa. Em seguida, 75 trabalhos foram excluídos após a leitura dos resumos e das palavras-chave, por não apresentarem informações relevantes ou por se tratarem de estudos duplicados. Após a fase de inclusão e exclusão, 15 trabalhos foram selecionados para a leitura completa. Desses 15 trabalhos, 7 foram excluídos por não atenderem aos critérios de qualidade metodológica estabelecidos, resultando em um número amostral final de 8 trabalhos considerados na presente revisão de literatura. Os estudos selecionados para a análise completa estão apresentados no quadro a seguir:

Quadro 2 – Estudos selecionados para a análise completa na revisão de literatura sobre cogestão na Resex Acaú-Goiana (2007-2022)

Estudo e ano de publicação	Objetivo (s)	Principais resultados e conclusões
FADIGAS; A. B. M.; GARCIA, L. G. (2010)	Analisar o processo participativo de criação da Reserva Extrativista Acaú-Goiana.	As autoras abordam a importância da participação das mulheres pescadoras na criação da Reserva Extrativista Acaú-Goiana, ressaltando sua mobilização social e coragem de denunciar os problemas ambientais em sua região. A Resex se mostrou relevante tanto para a conservação do ambiente quanto para o fortalecimento da participação política da comunidade, permitindo a diversidade de atores sociais nos espaços decisórios e o empoderamento das mulheres pescadoras como gestoras do meio ambiente.

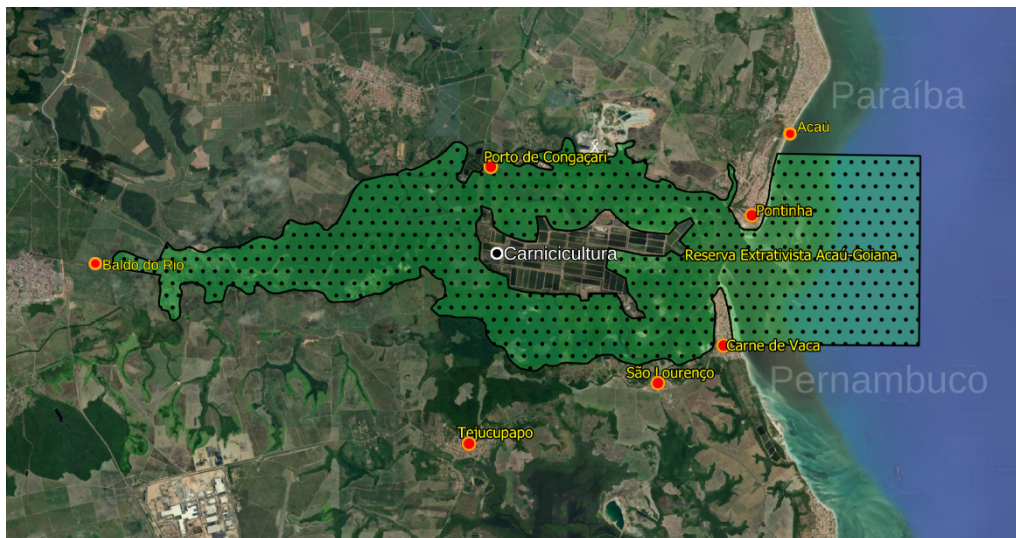
<p>FIGUEIREDO, L. V. (2015)</p>	<p>Avaliar o conhecimento sobre a gestão participativa e valores dos beneficiários da Resex Acaú-Goiana.</p>	<p>A autora identifica como desafios centrais para a gestão coletiva da Reserva Extrativista (Resex) a sua vasta extensão territorial e a necessidade de efetivar o reconhecimento das seis comunidades beneficiárias como atores centrais nas tomadas de decisão. É importante destacar que, apesar das dificuldades, os beneficiários defendem o modelo de gestão coletiva como o mais adequado para o manejo dos recursos naturais da Resex. É importante ressaltar que, embora as comunidades tenham tido participação ativa no processo de criação da Resex, a gestão compartilhada ainda precisa ser aprimorada para garantir efetividade na gestão dos recursos.</p>
<p>FRAGOSO, M. L. B. (2021)</p>	<p>Identificar os processos de participação social na gestão da pesca de aratu, descrevendo inicialmente a importância da RESEX como instrumento de gestão territorial e seus mecanismos de gestão disponíveis, para em seguida investigar o conhecimento dos pescadores sobre instrumentos de gestão instituídos na RESEX Acaú-Goiana.</p>	<p>A problemática relacionada às regras do Acordo de Gestão da Reserva Extrativista (RESEX) é atribuída à ausência de regulamentação para as atividades empresariais presentes no entorno da unidade de conservação. Além disso, a adoção de normativas baseadas em dados nacionais negligencia a potencialidade de características locais, o que dificulta a participação efetiva dos beneficiários no processo de gestão compartilhada. A deficiência administrativa do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), por sua vez, decorre da escassez de recursos humanos e financeiros, agravada pelo desmonte ambiental ocorrido no período entre 2018 e 2022.</p>
<p>LIMA, M. E. A.; SELVA, V. S. F.; RODRIGUES, G. G. (2016)</p>	<p>Analisar espaços e instrumentos de participação para Reservas Extrativistas (RESEX), propostos pelo Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBio) com foco na Reserva Extrativista Marinha Acaú-Goiana.</p>	<p>O ICMBio reconhece que o modelo de gestão compartilhada da Reserva Extrativista (RESEX) Acaú-Goiana é inovador e ainda está em fase de construção, mas os principais obstáculos enfrentados dizem respeito à diferença de tempo de ação entre o órgão e as comunidades tradicionais. Além disso, o monitoramento das atividades participativas dentro do ICMBio ainda é incipiente, com entraves econômicos para seu pleno funcionamento. Embora haja instrumentos de participação na RESEX, na prática, a participação ainda não ocorre de forma efetiva.</p>
<p>NASCIMENTO, C. H.; RODRIGUES, G. G. (2022)</p>	<p>Identificar os impactos socioambientais enfrentados pela pesca artesanal nas comunidades beneficiárias da Reserva Extrativista (RESEX) Acaú-Goiana, através de relatos dos</p>	<p>Os autores destacam que o conhecimento ecológico local dos pescadores é fundamental para a gestão adequada dos recursos naturais da Reserva Extrativista (RESEX) Acaú-Goiana. Isso porque essa percepção pode ajudar a detectar e minimizar os impactos socioambientais das atividades de pesca, em colaboração com as instâncias de gestão, como o Conselho</p>

	próprios pescadores e pescadoras artesanais	Gestor da RESEX e grupos temáticos de planejamento de manejo.
NETO, I. R. G. C. (2019)	Compreender as relações econômicas, ambientais e sociais das atividades realizadas por pescadoras artesanais na Reserva Extrativista (RESEX) Acaú-Goiana, no Nordeste brasileiro, visando subsidiar a gestão pesqueira.	Melhorias sugeridas pelo autor para a cogestão da área incluem a realização de estudos que considerem o conhecimento local, para que a gestão seja verdadeiramente participativa e inclusiva. O Acordo de Gestão deve abranger todos os trabalhadores da pesca artesanal, e, nesse sentido, regulamentar o papel do atravessador. O autor também aponta para a dificuldade do entendimento coletivo do espaço, devido à grande extensão da unidade e à distância entre as comunidades beneficiárias.
SILVA, S. M. (2019)	Identificar as possibilidades, os limites, os conflitos e os desafios dessa gestão dentro de um arranjo institucional/estatal. Compreender o que significa e representa concretamente a RESEX Acaú-Goiana para as comunidades pesqueiras beneficiárias da mesma.	A autora ressalta que a gestão compartilhada dos recursos naturais da Reserva Extrativista (RESEX) Acaú-Goiana enfrenta dificuldades decorrentes de uma tensão constante entre as leis de proteção ambiental e os interesses econômicos e políticos na região. Apesar de existir um modelo de gestão compartilhada previsto na legislação, na prática, a gestão não funciona de forma horizontal, o que tem gerado insatisfação para as comunidades tradicionais locais.
TARGINO, G. D. (2022)	Observar como as comunidades participaram e participam no processo de implantação e desenvolvimento da Reserva Extrativista nos estuários dos rios Goiana e Megaó.	Após quatro anos de gestão compartilhada na Reserva Extrativista (RESEX), ainda há trabalhadores da pesca artesanal que desconhecem os benefícios da unidade de conservação. A autora da análise apontou que, apesar de alguns avanços tímidos, como o fortalecimento de lideranças locais, ainda há muito a ser feito para consolidar a cogestão e garantir melhorias e direitos para as comunidades envolvidas.

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Os estudos analisados destacam tanto as conquistas como os principais obstáculos da gestão compartilhada da Reserva Extrativista Acaú-Goiana. Existem instrumentos legais que incentivam e promovem a participação popular em todo o processo de criação, gestão e monitoramento da reserva. Entretanto, o tamanho considerável da UC, que abrange uma área de 6.678 hectares, sendo distribuído em 1,72% em Pitimbu, 9,15% em Caaporã, 54,55 % em Goiana e 34,58% em ambientes marinhos (Ver Figura 1).

Figura 1 – Localização da Reserva Extrativista Acaú-Goiana e comunidades beneficiárias



Fonte: Elaborado pelo autor.

Além disso, a falta de recursos humanos e financeiros do ICMBio se configuram como um entrave que impedem o aprimoramento da cogestão de uma considerável área (FRAGOSO, 2021). Os estudos foram conduzidos em diferentes períodos, abrangendo crises econômicas e ambientais, bem como contextos políticos variados, alguns mais favoráveis e outros menos favoráveis. Durante os governos de Dilma Rousseff (2011-2014; 2015-2016), as políticas ambientais receberam considerável atenção e apoio. No entanto, em seu segundo mandato, o país enfrentou uma crise econômica e política que resultou em um caos sociopolítico (CASTELO *et al.*, 2018). Impulsionado por forças políticas de direita, o *impeachment* da Presidente afetou todas as áreas, incluindo a ambiental, a qual foi flexibilizada durante o governo de Michel Temer (2016-2018). Posteriormente, durante o governo de Jair Bolsonaro (2018-2022), houve uma maior flexibilização das normas e políticas ambientais, além da desestruturação dos órgãos ambientais, o que exacerbou ainda mais a fragilidade das áreas protegidas (MISSIATTO *et al.*, 2021).

Além disso, é importante ressaltar que o modelo de gestão compartilhada dos recursos naturais e a estruturação e adaptações das Reservas Extrativistas para o contexto costeiro/marinho são iniciativas relativamente recentes e ainda estão em constante construção e aprimoramento.

Destaca-se que cada comunidade beneficiária ocupa duas vagas oficiais nos conselhos da Resex, além de contar com dois suplentes. O conselho deliberativo é

composto por representantes das associações de pescadores e pescadoras de Acaú e Pontinha, na Paraíba, e de Carne de Vaca, em Pernambuco, e das colônias de pescadores de Acaú, Ponta de Pedras, Tejucupapo, Baldo do Rio e Atapuz. Além disso, o setor público estatal, como as prefeituras municipais, as universidades federais de Pernambuco e Paraíba, a Fundação Joaquim Nabuco, o ICMBio e representantes do setor econômico da região também compõem o conselho deliberativo da Resex Acaú-Goiana (FADIGAS; GARCIA, 2010).

Os resultados dos estudos analisados demonstram uma discrepância entre a teoria e a prática. Apesar de existirem ferramentas para a participação popular na gestão da Resex Acaú-Goiana, há obstáculos que precisam ser superadas para efetivar a participação das comunidades tradicionais (Ver Quadro 3). Essa mudança requer uma revisão das práticas de gestão atuais, como a posição controladora do Estado (desenvolvimentista) e a ausência de Plano de Manejo, além de um compromisso para garantir que as comunidades tenham uma voz ativa nas decisões que afetam suas vidas e o meio ambiente. Os principais avanços e obstáculos identificados na revisão de literatura sobre gestão compartilhada da Reserva Extrativista Acaú-Goiana são apresentados de forma sucinta no Quadro 3, a seguir:

Quadro 3 – Apresentação dos avanços e obstáculos da gestão compartilhada da Reserva Extrativista Acaú-Goiana

Estudo e ano de publicação	Avanços	Obstáculos
FADIGAS; A. B. M.; GARCIA, L. G. (2010)	Fortalecimento da organização social. Reconhecimento da luta das mulheres da pesca. Alternância do modelo de gestão da área.	O longo processo de criação e os obstáculos referente à falta de diálogo entre as comunidades devido ao limite geopolítico entre os Estados da Paraíba e Pernambuco. Além da pressão dos empresários da empresa de carcinicultura Atlantis, para que a criação da Reserva não afetasse a produção local. A implementação de práticas participativas em sua essência.
FIGUEIREDO, L. V. (2015)	Organização social. Garantia legal do direito ao manejo dos recursos coletivos.	Desconhecimento das normas e regras da Resex. Ausência de plano Gestor.
FRAGOSO, M. L. B. (2021)	Garantia de posse do território coletivo pesqueiro.	Monitoramento das atividades econômicas na zona de amortecimento da Resex.

LIMA, M. E. A.; SELVA, V. S. F.; RODRIGUES, G. G. (2016)	Empoderamento local. Instrumentos de participação social. Avanços substanciais na busca do envolvimento das populações tradicionais na gestão.	Limitações e impedimentos para o alcance de uma participação efetiva. Postura controladora e estrutural do Estado.
NASCIMENTO, C. H.; RODRIGUES, G. G. (2022)	Proteção do território pesqueiros e das artes de pesca.	Impactos ambientes recorrentes nos limites da Resex. Ausência do plano de manejo.
NETO, I. R. G. C. (2019)	Proteção dos bancos de marisco. Reconhecimento do protagonismo das marisqueiras.	Ausência do plano de manejo. Impactos socioambientais.
SILVA, S. M. (2019)	Fortalecimento do sentido comunitário e compartilhamento de bens coletivos.	As normas da gestão compartilhada, subordinadas a legislação federal, condiciona uma gestão posta de cima para baixo. Escassez de recursos financeiros e humanos do ICMBio.
TARGINO, G. D. (2022)	Atendimento as reivindicações sociais. Expansão de direitos socioambientais.	Mudança na configuração da pesca artesanal e do território pesqueiro.

Fonte: Elaborado pelo autor.

A criação da Resex teve impactos positivos na região, conforme ilustrado no Quadro 3, contribuindo para a mitigação de diversos impactos ambientais que anteriormente eram evidentes. Entre esses impactos, destaca-se a redução do despejo de efluentes agroindustriais sem tratamento adequado diretamente nos corpos hídricos, bem como a contenção do desmatamento dos manguezais.

Além disso, a reorganização das formas de uso dos recursos e a garantia da continuidade das atividades tradicionais contribuíram para a preservação do meio ambiente. Segundo Targino (2022), as lideranças locais passaram a tomar decisões mais conscientes, buscar projetos ambientais e lutar pela conservação dos espaços naturais. Com o respaldo legal da Resex, os pescadores e pescadoras conseguiram defender o uso coletivo dos bens ali presentes e promover ações mais efetivas de proteção ambiental.

O Conselho Deliberativo realiza reuniões em diferentes locais, seguindo uma periodicidade geralmente trimestral e adotando um rodízio democrático de localização. As demandas das comunidades são, em grande parte, atendidas por meio desse conselho. No entanto, como apontado por Silva (2019), é comum ocorrerem embates durante as reuniões. Tais embates envolvem as lideranças locais e representantes de

outros segmentos da sociedade, principalmente aqueles que defendem o modelo de neodesenvolvimentismo para gerir o espaço.

A gestão da Resex Acaú-Goiana enfrenta um grande entrave em relação ao modelo econômico desenvolvimentista e neoliberal adotado pelo Governo do Estado de Pernambuco. Essa política inclui medidas como o Plano de Aceleração de Crescimento (PAC), implementado em 2007, que resultou em megaprojetos, como grandes obras hídricas e eólicas, complexos portuários, construção de rodovias em áreas protegidas e implantação de um Polo automobilístico em Goiana (SILVEIRA; MESQUITA; MELO, 2013; NETO, 2019; FRAGOSO, 2022). Além disso, há a reprodução do latifúndio representado pelas extensas plantações de cana-de-açúcar e sua expansão em direção aos limites da ResexMar.

Dado que a Resex não possui um plano de manejo que indique uma zona de amortecimento, é recorrente observar modificações na paisagem local nas margens da Unidade de Conservação (UC), tais como depósito de resíduos sólidos, queimadas e plantações de cana-de-açúcar sem aceiros, o que delimita as margens da Resex Acaú-Goiana (Figura 2).

Figura 2 – Impactos ambientais nas margens da ResexMar Acaú-Goiana



Resíduos sólidos
plásticos e orgânicos
depositados nos
limites da RESEX



Queimadas nos limites
da RESEX.



Expansão dos
canaviais nos limites
da RESEX.

Fonte: Elaboração do autor (2020).

A Figura 2 ilustra os três principais impactos socioambientais que afetam a área e os limites da ResexMar. Essas ações constituem uma ameaça ao equilíbrio ecológico local, uma vez que geram impactos socioambientais significativos que continuam a persistir ao longo dos 15 anos desde a criação da ResexMar Acaú-Goiana.

DISCUSSÃO

Diversos estudos comprovam que as comunidades tradicionais mantêm uma relação harmônica com os ecossistemas que manejam (DIEGUES, 2010; ALMEIDA;

ALEGRETTI; POSTIGO, 2018; SILVA, 2019). Há séculos, essas comunidades fazem uso coletivo dos recursos existentes na área e o conhecimento ecológico dos pescadores e pescadoras tem sido fundamental para a conservação dos ambientes costeiros. Embora existam ferramentas que promovam a participação social na gestão da unidade de conservação, como as Consultas Públicas, os Acordos de Gestão e o Conselho Deliberativo, os processos de exclusão social e invisibilização em espaços de decisão, nos quais as decisões são tomadas de cima para baixo, impedem que as comunidades tradicionais se sintam incluídas nessas discussões. Por esse motivo, essas comunidades ainda não se veem como parte desses espaços de decisão.

A Reserva Extrativista Acaú-Goiana foi criada após uma luta de dez anos liderada pelos trabalhadores e trabalhadoras da pesca artesanal, com destaque para as marisqueiras (CAVALCANTI, 2010). Essas trabalhadoras desempenham um papel importante como um movimento social dentro das Colônias e Associações comunitárias locais, lutando por melhorias e direitos para o seu território e para a qualidade de vida das comunidades locais. Durante esta fase, houve uma intensa participação popular, com a assinatura de abaixo-assinados, presença em audiências públicas e participação em oficinas de planejamento.

Ao analisar esse processo, Cavalcanti (2010) relata que a iniciativa de criação da Resex teve origem na comunidade de Acaú, na Paraíba. As marisqueiras solicitaram a criação da reserva para proteger os bancos de mariscos que estavam ameaçados pela diminuição na disponibilidade dos estoques pesqueiros, resultante da degradação ambiental causada pelas atividades econômicas (agroindústria, destilaria, cimenteira) realizadas nos limites dos ambientes naturais (FADIGAS; GARCIA, 2010; NETO, 2019). Silva (2017), por sua vez, destaca o importante papel desempenhado pelos movimentos sociais ao longo de todo o processo, com destaque para o Movimento de Pescadoras e Pescadores em Pernambuco e o Conselho Pastoral de Pescadores, que mobilizaram e envolveram as comunidades por meio das colônias na construção da Reserva Extrativista”.

Paralelamente, em Pernambuco, ocorriam movimentações em prol da proteção do Rio Goiana e Megaó, importantes elementos para a preservação da sociobiodiversidade da região. Diante da pressão exercida por usineiros e empresários das agroindústrias locais, o Governo do Estado propôs a criação de uma Área de

Proteção Ambiental (APA). Contudo, essa proposta foi rejeitada pelos pescadores e pescadoras, uma vez que esse tipo de unidade de conservação possui regras mais flexíveis, o que comprometeria a efetividade das medidas de proteção dessas áreas (CAVALCANTI, 2010; SILVA, 2017).

De acordo com Fadigas e Garcia (2010), o período entre 2002 e 2007 foi caracterizado por uma forte mobilização em prol da criação da Reserva Extrativista Acaú-Goiana e da integração das comunidades dos dois estados envolvidos. Durante esse processo, as marisqueiras assumiram um papel fundamental, atuando como protagonistas na luta pela proteção do ambiente e pela garantia de seus direitos.

Nesse sentido, a criação da Resex representou um marco para as mulheres pescadoras, que passaram a ocupar espaços decisórios e a ter voz ativa na defesa do seu maretório. Como destacam Fadigas e Garcia (2010), as mulheres pescadoras foram capazes de afirmar que o mar e os rios também são seus espaços, e que desempenham um papel fundamental na gestão ambiental dessas áreas.

Este modelo de gestão participativa da reserva é fundamental para os pescadores e pescadoras locais, uma vez que eles mantêm uma relação harmoniosa com a natureza. Conforme destacado por Silva (2019, p. 26), esses profissionais buscam, dentro das limitações encontradas, respeitar e preservar os ciclos de reprodução das espécies, o tempo e as dinâmicas naturais, pois o “compartilhamento da natureza é condição e tradição do trabalho da pesca artesanal”.

O pleno exercício dos direitos de cidadania é fundamental para a valorização das identidades e a atuação política dos trabalhadores e trabalhadoras da pesca artesanal local. Segundo Cavalcanti (2010), a criação da Reserva Extrativista Acaú-Goiana contribuiu significativamente para esse processo, resultando em um aumento expressivo de associados em colônias de pescadores e associações comunitárias na região.

Esses segmentos sociais são representados por diferentes entidades: a Colônia de Pescadores e Pescadoras Z-03, que representa o maretório do litoral Goianense; a Colônia Z-14, que representa a comunidade ribeirinha do Baldo do Rio, localizada na zona urbana do município; a Colônia Z-17, que representa os pescadores e pescadoras da zona rural do município, mais especificamente no distrito de Tejucupapo. Além disso, existem as associações de Pescadores e Pescadoras de Carne de Vaca, Povoação

de São Lourenço, Tejucupapo e Baldo do Rio em Pernambuco, e a Colônia (Z-10) e a Associação de Pescadores e Pescadoras de Acaú, na Paraíba.

Nesta perspectiva, Nascimento e Rodrigues (2022) destacam que a percepção dos pescadores e pescadoras acerca dos impactos ambientais, como poluição dos recursos hídricos, assoreamento dos rios, desmatamento dos manguezais, entre outros, ocasionados principalmente pelo despejo de efluentes industriais, que afetam a Reserva Extrativista (Resex), é fundamental para o sucesso das ações de monitoramento. Tais atores convivem cotidianamente com os ambientes monitorados e, portanto, possuem um conhecimento ecológico local valioso para compreender a magnitude dos impactos e seus efeitos.

Em seu estudo Fernandez (2015) apresenta um exemplo de dinâmica política e econômica no estado de Pernambuco, em que uma fração de classe empresarial com influência política tem impedido a implementação de Reservas Extrativistas, apesar das demandas dos movimentos sociais de pescadores e pescadoras. Isso é resultado da interface entre o poder político e econômico, que impede interferências que possam obstruir os interesses de projetos empresariais promovidos pelo poder público. Assim, as Reservas Extrativistas, que permitiriam uma maior participação dos pescadores nas decisões que afetam suas comunidades e espaços de reprodução da vida, não recebem atenção por parte do governo estadual, que as considera como um empecilho aos interesses das classes dirigentes.

Dessa forma, considerar a percepção desses trabalhadores da pesca na elaboração e implementação de planos de monitoramento pode contribuir significativamente para a gestão da Resex e para a conservação dos recursos naturais. Nascimento e Rodrigues (2022) defendem que a valorização do conhecimento ecológico local, da pesca artesanal e da proteção dos recursos materiais e imateriais deve ser uma prioridade para a gestão da unidade durante, a fim de garantir a sustentabilidade ambiental e social da região.

Conforme apontado por Lima, Selva e Rodrigues (2016), a efetividade da gestão compartilhada deve ser constantemente avaliada e adaptada à realidade e tradição dos locais onde as unidades de conservação se encontram. É importante que as ferramentas deste regime sejam utilizadas com responsabilidade e direcionadas ao público-alvo, já que, como identificado por Targino (2022), Figueiredo (2015) e Fragoso

(2022), há um sério desconhecimento sobre as normas e regras pactuadas no Acordo de Gestão.

A ausência de um plano de manejo representa um obstáculo para o desenvolvimento da Resex Acaú-Goiana. Embora os primeiros trâmites para a elaboração do plano tenham ocorrido em 2009, após mais de 15 anos desde o decreto que oficializou a criação da Resex, o plano de manejo ainda não é uma realidade.

Para unidades de conservação de uso sustentável, como é o caso da Resex, o plano de manejo é um instrumento técnico essencial que define normas de uso, o zoneamento das áreas (incluindo a zona de amortecimento) e os programas socioambientais (TARGINO, 2022). Segundo Neto (2019), a elaboração do plano de manejo é fundamental para que sejam estudadas as técnicas de manejo e suas implicações biológicas e ecológicas, sendo um instrumento que deve ser constantemente revisado e atualizado para garantir a efetividade da conservação e uso sustentável dos recursos naturais presentes na Resex.

Para Fragoso (2022), a elaboração de um plano de manejo detalhado, com definição clara das técnicas e usos dos recursos naturais, poderia ser uma solução para os conflitos socioambientais envolvendo a degradação dos recursos existentes nos limites da Resex, além de fortalecer a participação social e reduzir a insatisfação dos trabalhadores e trabalhadoras da pesca artesanal com o Acordo de Gestão. A ausência do plano de manejo, 15 anos após a criação da unidade de conservação, tornou-se um problema estrutural não só na Resex Acaú-Goiana, mas em outras Reservas Extrativistas no Brasil. Essa é uma das principais deficiências para uma gestão compartilhada dos recursos naturais coletivos. De acordo com Silva (2019), a gestão compartilhada da área da Resex, prevista no SNUC, não ocorre plenamente, o que reforça a importância da elaboração do plano de manejo para uma gestão efetiva e participativa da unidade de conservação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora existam ferramentas para incentivar a participação popular na gestão da Reserva Extrativista Acaú-Goiana, a distância entre as comunidades, o grande número de beneficiários, a extensão da unidade de conservação e os impactos

exercidos pelos empreendimentos econômicos (indústria cimenteira, destilarias, agroindústrias) na área de contorno da Resex são alguns dos principais obstáculos para o sucesso deste regime de gestão.

É fundamental que o órgão gestor compreenda a importância de incentivar a participação social em todos os espaços de decisão da Resex de forma contínua, pois a não participação pode estar relacionada à baixa autoestima resultante de processos estruturais de exclusão, silenciamento e invisibilização das comunidades tradicionais.

Os instrumentos e ferramentas de cogestão devem ser adaptados à realidade local, levando em consideração a história das comunidades, as formas de manejo tradicionais, a cultura local, os ecossistemas e, sobretudo, as formas de organização social dos beneficiários. É importante que a gestão da Resex Acaú-Goiana leve em conta esses aspectos para que a participação das comunidades locais seja efetiva e as decisões tomadas sejam sustentáveis e justas para todos os envolvidos.

A implementação deste plano é essencial para assegurar a sustentabilidade e preservação dos recursos naturais da região. A criação da Reserva Extrativista Acaú-Goiana representa um importante meio de promover a justiça socioambiental às comunidades tradicionais locais, e é imprescindível que seja plenamente utilizado. A gestão compartilhada emerge como uma alternativa para ordenar o território, os recursos e as atividades desenvolvidas. Quando as ferramentas e instrumentos dessa política são aplicados com seriedade, é possível superar o modelo hierárquico de tomada de decisão, horizontalizar a gestão e otimizar a conservação da natureza, ao mesmo tempo em que promove a inclusão social.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, P. C. B.; MOREAU, A. M. S.; FONTES, E. O. Áreas naturais protegidas: um breve histórico do surgimento dos parques nacionais e das reservas extrativistas. *Revista Geográfica de América Central*, v. 1, n. 50, p. 195-213, 2013.

ALLEGRETTI, M. A construção social de políticas públicas. Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. *Revista de Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 18, p. 35-59, 2008.

ALMEIDA, M. W. B.; ALLEGRETTI, M. H.; POSTIGO, A. O legado de Chico Mendes: êxitos e entraves das Reservas Extrativistas. *Revista de Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 48, p. 309-325, 2018.

BARDIN, C. M. B. *Análise de Conteúdo*. Edições 70, 2010.

BRASIL. *Decreto nº 98.987, de 30 de janeiro de 1990*. Dispõe sobre a criação da Reserva Extrativista Chico Mendes. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 jan. 1990. Seção 1, p. 1.

BRASIL. *Decreto s/n de 26 de outubro de 2007*. Cria a Reserva Extrativista Acaú-Goiana, situada nos municípios de Pitimbu (PB) e Goiana (PE), e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 out. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6553.htm. Acesso em: 27 mar. 2023.

BRASIL. *Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000*. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 jul. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm. Acesso em: 29 mar. 2023

CASTELO, T. B.; ADAMI, M.; ALMEIDA, C. A.; *et al.* Governos e mudanças nas políticas de combate ao desmatamento na Amazônia. *Revibec: Revista de la Red Iberoamericana de Economía Ecológica*, v. 28, p. 0125-148, 2018

CAVALCANTI, D. R. M. *Mulheres nas águas: Um estudo sobre relações de gênero na pesca*. 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

COSTA, P. C. P. Reservas extrativistas marinhas: reflexões sobre desafios e oportunidades para a cogestão em áreas marinhas protegidas. *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 48, p. 224-239, 2018.

CUNHA, C. C.; LOUREIRO, C. F. B. Reservas extrativistas: limites e contradições de uma territorialidade seringueira. *Revista Theomai*, n. 20, p. 169-185, 2009.

DIEGUES, A. C. A construção da etnoconservação no Brasil: o desafio de novos conhecimentos e novas práticas para a conservação. São Paulo: NUPAUB, [s.d.], 2010.

FADIGAS, A. B. M.; GARCIA, L. G. Uma análise do processo participativo para a conservação do ambiente na criação da Reserva Extrativista Acaú-Goiana. *Revista Sociedade & Natureza*, v. 22, p. 561-576, 2010.

FERNANDEZ, J. I. V. *A política nacional de desenvolvimento sustentável da pesca e da aquicultura e seus impactos sobre a pesca artesanal no Estado de Pernambuco*. 2015. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

FIGUEIREDO, L. V. *Reserva extrativista Acaú-Goiana: tragédia comum ou decisão coletiva?*. 2015. 75f. Dissertação (Mestrado em Psicobiologia) - Centro de Biociências, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

FRAGOSO, M. L. B. *Conhecimento ecológico local como instrumento para gestão da pesca de aratu (Goniopsis Cruentata, Latreille 1803) em unidade de conservação*. 2021. 98 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.

HADDAD, R. D.; HADDAD, M. M. D.; MELO, C. M. Análise social, econômica e histórica das reservas extrativistas da Amazônia: lutas e trajetórias. *Revista Espacio Abierto: Cuaderno Venezolano de Sociología*, v. 28, n. 2, p. 93-110, 2019.

ICMBIO. *Reserva Extrativista Acaú-Goiana*. 2012. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/mata-atlantica/unidades-de-conservacao-mata-atlantica/2125-resex-acau-goiana.html>. Acesso em: 26 mar. 2023.

LIMA, M. E. A.; SELVA, V. S. F.; RODRIGUES, G. G. Gestão participativa nas reservas extrativistas: a atuação do Instituto Chico Mendes da Biodiversidade. *Revista Brasileira de Geografia Física*, v. 9, n. 04, p. 1072-1087, 2016.

MISSIATTO, L. A. F.; CARVALHO, F. R.; SILVA, L. G.; *et al.* A colonialidade nas políticas ambientais do governo Bolsonaro e a inversão dos órgãos de defesa do meio ambiente. *Revista Margens*, v. 15, n. 24, p. 85-102, 2021.

NASCIMENTO, C. H. V.; RODRIGUES, G. G. Impactos socioambientais e implicações na pesca artesanal das comunidades beneficiárias da RESEX Acaú-Goiana. *Revista PerCursos*, v. 23, n. 53, p. 240-261, 2022.

NETO, I. R. C. *Pescadoras da maré: conhecimento local como subsídio para gestão pesqueira no Nordeste brasileiro*. 2019. 112 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

SILVA, S. M. *Território pesqueiro de uso comum: Conflitos, resistência, conquistas e desafios na Reserva Extrativista Acaú-Goiana/PB-PE*. 2017. 207 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

SILVA, S. M. Sentido comunitário a partir do uso comum da natureza em comunidades de pesca artesanal: um estudo na RESEX Acaú-Goiana-PB/PE. *Revista Paisagens & Geografias*, v. 4, n. Esp., p. 29-42, 2019.

SILVEIRA, P. C. B.; MESQUITA, B.; MELO, L.; *et al.* Estuário, paisagem-fluxo de pescadores artesanais. *Revista Iluminuras*, v. 14, n. 34, p. 64-82, 2013.

SOUSA, A. M. V.; BEZERRA, A. C. V.; LYRA, T. M. Problemas e conflitos socioambientais no litoral do Município de Goiana, Pernambuco. *Revista Brasileira de Geografia Física*, v. 10, n. 06, p. 1934-1947, 2017.

TARGINO, G. D. *Sobre as Águas: A Tradição e a Pesca Artesanal em Três Comunidades da Reserva Extrativista Acaú-PB/Goiana-PE*. 1. ed. Curitiba: Editora Appris, 2022.